

T

Testemunho de uma mãe - *divulgue*



Efectivamente remonta já a Maio de 2005, através do Jornal Expresso, a denúncia da tentativa do Estado, pelas escolas, em substituir os pais na educação dos filhos e impor a sua ideologia – que alguém designou por “Nacional-Sexualismo”.

Em 2009, não sem muita polémica, pelas mãos do Governo PS (no tempo de José Sócrates) é dado um grande passo neste propósito, com a tentativa de imposição da educação sexual nas escolas (Lei 60/2009 de 6 de Agosto), abrindo assim o caminho à expropriação das competências educativas que em primeiro lugar pertencem aos pais!

Chegados ao ano lectivo 2018/2019, da mesma forma pelas

mãos do Governo PS (agora com António Costa acompanhado pelos parceiros da Geringonça), é totalmente consumada a tentativa de **expropriar os pais da educação dos seus filhos** nas suas diversas vertentes, com a introdução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (qual nova "religião do Estado"), com carácter curricular, repita-se com carácter curricular, para a tornar de frequência obrigatória – até onde chega o abuso do poder!

O Ministério da Educação (**Governo PS - XIII Legislatura**) consumou a destruição do **Pacto de Confiança** com as **FAMÍLIAS**, no que se refere à sua obrigação em colaborar, com estas, na educação dos seus filhos.

Os casos de desconforto nas famílias sucedem-se, um grande número de pais só não actuam por medo (!), outros são silenciados.

Abaixo apresentamos mais um testemunho de uma mãe que pediu para não ser identificada (por medo), nem que identificássemos a escola onde ocorreu o episódio, a saber:

*"Na passada terça feira, dia 20 de Abril, tive uma reunião com o Diretor, sua Secretária e a D. T da Turma do meu filho 9º Ano. O diretor pediu essa reunião por o meu filho não assistir as Aulas de Cidadania de 26 de Fevereiro para cá. Explico: Na aula online, 26/02, deveria ser História, entra a professora de Geografia a dar aula sobre "doenças sexualmente transmissíveis". Confuso, não é?
Fiz o meu filho sair imediatamente da aula, enviei logo a seguir um email a D. T exigindo explicação, lembrei-a do PIN PARENTAL que entreguei na Escola antes do início das aulas, inclusive enviei cópia para ela. Como não obtive nenhuma resposta, escolhi um livro do Plano Nacional de Leitura para que o meu filho o lesse e fizesse um resumo (no horário da aula de Cidadania), o qual eu enviava a D. T para justificar as faltas do meu filho. As faltas assim foram sendo justificadas. Porém, o Sr. Diretor quis(e fez) me intimidar. Entrou na sala a cumprimentar - transcrevo as*

suas palavras: "as Senhoras Digníssimas Professoras", enquanto a mim, nem se quer me olhou no rosto, ou mesmo um, Bom dia. Com os olhos cerrados, na direção do chão, ora na porta fechada, exclamava indignado:

*A mim não me interessa as suas convicções religiosas!
(nota:ninguém falou em religião). A lei é para se cumprir! Estou aqui para fazer cumprir o que é determinado na Lei Base...
Estatuto da Criança ...!*

*A senhora está errada! A senhora não tem autorização para ter assistido a aula online do seu educando! Embora, estivesse online, é como se o aluno estivesse em sala de aula! Quem a senhora pensa que é? (...) Quem a senhora pensa ser? Que título acadêmico tem, reconhecido no Ministério da Educação em Portugal para decidir e escolher o trabalho alternativo que só cabe ao professor qualificado e autorizado pelo Min. Educação?
Ao que respondi : Sou a mãe do J. Sou autoridade sobre ele e a minha autoridade é conferida pela própria maternidade e está acima da autoridade do senhor enquanto mãe e responsável pela educação do meu filho, também a minha autoridade está à frente da autoridade da escola, uma vez que a Escola é para colaborar com os Pais e nunca substituí - los, isto está consagrada na Constituição da República Portuguesa e na Carta Universal do Direito do Homem, se havia alguém que estava a fazer mal era o Governo em se intrometer na intimidade da minha família e das demais famílias portuguesas. E quanto a aula que assisti foi na Minha casa, no Meu computador, com a Internet paga por meu marido. E mais, se ao senhor não interessa as minhas convicções religiosas, a mim me interessa e muito, por isso mesmo já temos Associações para defender os Direitos das Famílias , dos Pais e dos Profissionais que queiram fazer uso do direito de Objeção de Consciência assegurada na CRP, do autoritarismo do Governo e do senhor diretor. Lá depois de muito elevar a minha voz, ele concordou que deveria, era a sua obrigação comunicar ao Min. Educação e a CPCJ, porém, não iria fazer.*

Ficou acordado que a professora daria um programa alternativo para que meu filho fizesse numa sala à parte quando o Tema pudesse conflitualizar com as convicções religiosas da mãe.

Chamo a vossa atenção a essa parte: Isto foi dito porque a Srª

Profª Secretária do Diretor, admitiu ter participado num Curso de Formação em V. F. Xira, onde fora dito na Formação que não era só Ideologia de Género, Educação Sexual, haveria mais Temas conflituosos (ex. : Transculturalidade). Também ficou acordado que o J. teria uns trabalhos de recuperação (eu exigi que fosse feito em casa).

Ainda pedi o Programa Alternativo por escrito, o que fez recomeçar o confronto por o Diretor aos gritos dizer que isso ele não faria. Conformei-me em dizer que ele era uma pessoa autoritária e que democracia era só a capa que ele estava vestido.

Vale a pena Pais! Quero vos encorajar, Apesar do medo, podemos fazer o que é certo diante Deus, dos nossos filhos, da nossa sociedade.

Vós tendes mais vantagens que eu, sou estrangeira com Nacionalidade adquirida, mas quero fazer valer o Cartão de Cidadão que me foi concedido por esta Amada Nação."

<https://www.facebook.com/500346357387511/posts/967011834054292/>

<https://familiaconservadora.pt/2021/04/29/mae-corage/?fbclid=IwAR1feIen3zrqU3IMHHIh0GGKXosl8CtRAQ-Im93DGj-vF6xuMIkDvoASiA>

Nota: é entendimento da **Plataforma Renovar**, que esta mãe foi para além das suas obrigações quando, em alternativa à participação nas referidas aulas de Cidadania, colocou o filho a fazer um trabalho para justificar as faltas. Não há programa alternativo à participação nestas aulas! Assim como não há programa alternativo à participação nas aulas de "Educação Moral e Religiosa".

É que em matérias de CONSCIÊNCIA não aceitamos nenhuma disciplina de carácter obrigatório.

Petições para assinar e divulgar:

PETIÇÃO PELA REVISÃO DA DISCIPLINA DE CIDADANIA NO SEU MODELO ACTUAL, OU EM ALTERNATIVA, PELO SEU CARÁCTER OPCIONAL

[ASSINA AQUI](#)

PETIÇÃO PARA APOIAR O MANIFESTO “EM DEFESA DAS LIBERDADES DE EDUCAÇÃO”

[ASSINA AQUI](#)

PETIÇÃO PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA SER OPCIONAL

[ASSINA AQUI](#)

PETIÇÃO PARA A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

[ASSINA AQUI](#)

Não quer que os seus filhos participem nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento? A Plataforma Renovar recomenda este modelo de carta para apresentar na escola:

[CLIQUE AQUI](#)

NÃO HÁ FAMÍLIA B!



É a hora dos pais!
